



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
12/2024

PÁGINA Nº
1 de 8

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

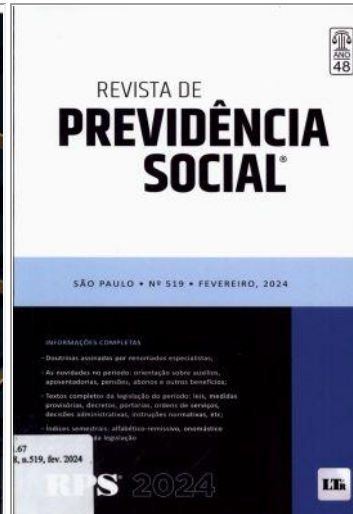
– LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Ministério da Previdência Social
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal

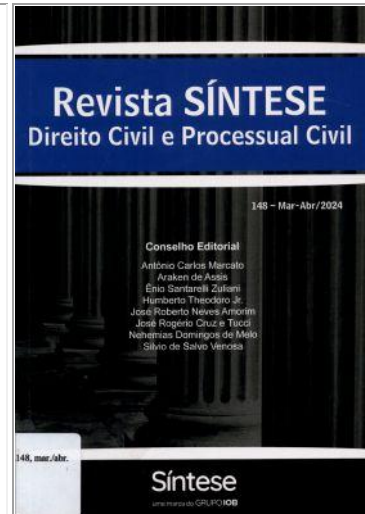
III- PERIÓDICO



Revista CEJ



Revista de Previdência Social



Revista Síntese Direito Civil e Processual Civil



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
12/2024

PÁGINA Nº
2 de 8

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.019, de 15 de maio de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 5.113, de 22 de junho de 2004](#), para dispor sobre a dispensa da documentação comprobatória para saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS na hipótese de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

DOU - Seção 1, p. 1, 16/05/2024

[Decreto n. 12.021, de 16 de maio de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017](#), que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

DOU - Seção 1, p. 4, 17/05/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
12/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 8

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei complementar n. 206, de 16 de maio de 2024](#)

Autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União; e altera a [Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a [Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017](#).

DOU - Seção 1, p. 1-2, 17/05/2024

[Lei complementar n. 207, de 16 de maio de 2024](#)

Dispõe sobre o Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT); altera o [Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966](#), as Leis nºs [8.212, de 24 de julho de 1991](#) (Lei Orgânica da Seguridade Social), [9.503, de 23 de setembro de 1997](#) (Código de Trânsito Brasileiro), e [14.075, de 22 de outubro de 2020](#), e a [Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023](#) (Novo Arcabouço Fiscal); e revoga as Leis nºs [6.194, de 19 de dezembro de 1974](#) (Lei do DPVAT), e [8.441, de 13 de julho de 1992](#), e dispositivos das Leis nºs [8.374, de 30 de dezembro de 1991](#), [11.482, de 31 de maio de 2007](#), e [11.945, de 4 de junho de 2009](#).

DOU - Seção 1, p. 2-4, 17/05/2024

[Lei n. 14.855, de 16 de maio de 2024](#)

Altera a [Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023](#), que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024.

DOU - Seção 1, p. 4, 17/05/2024

[Lei n. 14.856, de 17 de maio de 2024](#)

Altera a [Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024](#), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

DOU - Seção 1, p. 1, Extra B, 17/05/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
12/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 8

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Ministério da Previdência Social

Gabinete do Ministro

[Portaria n. 1.445, de 10 de maio de 2024](#)

Estabelece, para o mês de maio de 2024, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

DOU - Seção 1, p. 81-82, 15/05/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Portaria n. 153, de 06 de maio de 2024](#)

Institui o regulamento do Prêmio Auditoria de Geração de Valor, ano 2024.
eDJ-CNJ n. 106, de 15/05/2024, p. 5

Conselho da Justiça Federal

Corregedoria-Geral da Justiça Federal

[Provimento n. 3, de 16 de maio de 2024](#)

Dispõe sobre alteração do [Provimento CG-CJF nº 1, de 15 de março de 2021](#), que dispõe sobre a metodologia aplicada às inspeções e autoinspeções no âmbito dos Tribunais Regionais Federais.

DOU - Seção 1, p. 288, 20/05/2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
12/2024

PÁGINA Nº
5 de 8

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA CEJ Nº 81 – JAN.-JUN./2021

- | | | |
|--------------------------|-----------|--|
| DIREITO PREVIDENCIÁRIO | 7 | REFORMA DA PREVIDÊNCIA (EMENDA CONSTITUCIONAL 103/2019) E JURISPRUDÊNCIA DE CRISE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PERSPECTIVAS EM TORNO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL
<i>Pension reform (Constitutional Amendment 103/2019) and jurisprudence of crisis in the Supreme Federal Court. Perspectives about the principle of prohibition of social regression</i>
Roberto Luis Luchi Demo |
| DIREITO CIVIL | 20 | PANORAMA DO DIREITO DAS COISAS E A SUA VINCULAÇÃO SOCIAL NA ALEMANHA
<i>Overview of the law of property and their social connection in Germany</i>
Leonardo Estevam de Assis Zanini |
| DIREITO PENAL | 33 | A FRAGILIDADE DOS FILTROS AO EXERCÍCIO DO PODER PUNITIVO NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
<i>The fragility of filters to the exercise of punitive power in the disciplinary administrative scope</i>
Adel El Tasse |
| DIREITO PROCESSUAL CIVIL | 45 | A LEGITIMAÇÃO PELO CONTRADITÓRIO NA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA: a necessidade de possibilitar a nomeação de assistente técnico
<i>Legitimation by the adversary in expert proof: the need to provide the opportunity for the appointment of a technical assistant</i>
Cássio Benvenuti de Castro |
| DIREITO ECONÔMICO | 57 | A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA: o direito ao desenvolvimento e as críticas de organizações internacionais não governamentais
<i>Land tenure regularization in the amazon: the right to development and criticism from international non-governmental organizations</i>
Marcelo Honorato |



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
12/2024

PÁGINA Nº
6 de 8

RESPONSÁVEL
Iris Helena

DIREITO PROCESSUAL PREVIDENCIÁRIO

- 71** A PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL NAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE LABORAL
The judicial medical expertise in social security actions for benefits due to employment disability
Flávio da Silva Andrade

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 76** DECISÕES ADMINISTRATIVAS (ROBÓTICAS) E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO ADMINISTRATIVO DA CONTEMPORANEIDADE
Administrative decisions (robotics) and artificial intelligence in contemporary Administrative Law
Kelly Susane Alflen da Silva

INDICAÇÕES LITERÁRIAS

- 87** EL PAPEL DE LOS PRECEDENTES EN EL SISTEMA DEL CIVIL LAW
Por José Manuel Chozas Alonso
- 88** RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DE NOTÁRIOS E DE REGISTRADORES
Por Leandro Paulsen



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

12/2024

PÁGINA Nº

7 de 8

RESPONSÁVEL

Iris Helena

REVISTA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL N º 519 - FEV./2024

REDAÇÃO

Aposentadoria Programada 93

DOCTRINA

Atribuições da Previdência Social — Wladimir Novaes Martínez..... 95

Novo regime dos precatórios judiciais: Emendas Constitucionais 113 e 114/2021, ADI 7.064/DF e Medida Provisória 1.200/2023 — Marco Aurélio Serau Junior 97

LEGISLAÇÃO

Portaria PRES/INSS n. 1.667, de 31.01.24 — Redução de jornada de trabalho aos servidores que requeriram a concessão do horário especial 149

Portaria MPS n. 380, de 14.02.24 — Pecúlio. Índice de reajustamento. Salário de benefício. Índice de reajustamento dos últimos salários de contribuição. Mês de fevereiro de 2024 149



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
12/2024

PÁGINA Nº
8 de 8

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL Nº 148 – MAR.-ABR./2024

Assunto Especial

CIBERSEGURANÇA

DOCTRINA

1. Decreto Institui Política Nacional de Cibersegurança – Norma Institui Política e Cria Comitê Nacional de Cibersegurança
Luís Rodolfo Cruz e Cruz..... 9

ACONTECE

1. Cibersegurança: o Que É, Importância e Como Se Qualificar..... 13

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Fim da Culpa na Responsabilidade Civil?
Felipe Bizinoto Soares de Pádua 19
2. O Híbridismo entre *Civil Law* e *Common Law* no Brasil
Tatiana Firmino Damas 39
3. Abuso do Direito de Voto na Assembleia Geral de Credores
Ana Cláudia Redecker e Mateus Freitas Honorato de Lima 70
4. A Inefetividade das Leis na América Latina
Marianne Pauletti 99
5. 8 Pontos sobre os Cuidados com o *E-commerce* e *Vendas Online*
Laura Albertacci 111

Seção Especial

EM POUCAS PALAVRAS

1. Castelo de Areia: Responsabilidade Civil pela Desistência do Casamento
Cláudia Neves 220
2. Possibilidade de Reconhecimento de Sócios Que Não Constam Formalizados no Contrato Social
Sheila Shimada..... 223

ESTUDOS JURÍDICOS

1. A Responsabilidade Civil do Influenciador Digital no Direito do Consumidor
Dayhanne Moreira Rodrigues..... 225



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
12/2024

PÁGINA Nº
9 de 8

RESPONSÁVEL
Iris Helena